

**O FOMENTO DA EDUCAÇÃO PARA A AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA  
NO BRASIL**

**LA PROMOCIÓN DE LA EDUCACIÓN PARA LA EXPANSIÓN DE LA  
DEMOCRACIA EM BRASIL**

Recebido em: 28/08/2023

Aceito em: 27/09/2023

Marjorie Bier Krinski Corrêa 

Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS campus Cerro Largo

**Resumo:** O artigo analisa as formas como igualdade e liberdade alicerçam os princípios democráticos no Brasil e como o crescimento do individualismo atua contra as instituições democráticas do país. Tem por objetivo fazer uma breve análise sobre o crescimento do individualismo, do autoritarismo e da hierarquização, buscando maneiras de frear uma possível crise da democracia no Brasil e romper com a onda de pessimismo que assola pesquisadores sobre os rumos da democracia no país. Elaborado a partir da técnica de pesquisa bibliográfica, configura-se como uma revisão da literatura disponível sobre o assunto e apresenta, sequencialmente, aspectos históricos acerca da democracia na América, o crescimento da liberdade negativa e a educação como ferramenta para consolidação democrática.

**Palavras-chave:** Liberdade; Individualismo; Alienação; Paulo Freire; Autonomia.

**Resumen:** El artículo analiza las formas en que la igualdad y la libertad sustentan los principios democráticos en Brasil y cómo el crecimiento del individualismo va en contra de las instituciones democráticas del país. Su objetivo es hacer un breve análisis del crecimiento del individualismo, el autoritarismo y la jerarquía, buscando formas de frenar una posible crisis de la democracia en Brasil y romper con la ola de pesimismo que atormenta a los investigadores sobre el rumbo de la democracia en el país. Elaborado a partir de la técnica de la investigación bibliográfica, se configura como una revisión de la literatura disponible sobre el tema y presenta, de manera secuencial, aspectos históricos sobre la democracia en América, el crecimiento de la libertad negativa y la educación como herramienta de consolidación democrática.

**Palabras-chaves:** Libertad; Individualismo; Alienación; Paulo Freire; Autonomía.

## **INTRODUÇÃO**

São muitos os questionamentos que surgem quando nos desafiamos a entender mais profundamente onde e como se deu o surgimento da democracia no país. Primeiro porque, desde a proclamação da república, em 1899, nem sempre a democracia prevaleceu. Nossa atual fase democrática ainda é recente. Foi iniciada após a abertura política, que teve seu ápice na primeira eleição presidencial, em 1989, após o fim das eleições indiretas que prevaleceram no período da ditadura militar. Em segundo lugar, é preciso fazer uma análise mais contextualizada de estudos que dizem respeito aos elementos que caracterizam as democracias e que tragam ao entendimento de todos quais são as ferramentas que poderão garantir a manutenção dos ideais democráticos no país.

Assim, o presente artigo fará alguns apontamentos históricos sobre a democracia no país, buscando contextualizar os leitores sobre períodos históricos e predominâncias de poder, resgatando as características dos períodos que colocam a democracia em crise e abordando os princípios de liberdade positiva e negativa já apresentadas por Isaiah Berlin.

Utilizando os procedimentos inerentes à pesquisa bibliográfica, propõe uma revisão da literatura disponível sobre o assunto, a qual aborda, inicialmente, aspectos históricos acerca da democracia na América, passando por uma breve leitura da democracia brasileira e, finalmente, investigando o crescimento do autoritarismo no país e as potencialidades da educação como peça fundamental para o fortalecimento democrático e o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Este artigo descreve uma pesquisa qualitativa que busca compreender como a educação pode atuar enquanto agente principal no processo de ampliação da liberdade positiva e fortalecimento da democracia no Brasil. Utilizando um ferramental teórico que engloba nomes como Tocqueville, Isaiah Berlin, Marx e Paulo Freire, foram estudadas teorias clássicas das áreas de educação, filosofia e sociologia com o objetivo de sustentar de forma contundente a metodologia descritiva proposta. A análise dos materiais revelou uma onda crescente do autoritarismo no Brasil, resultado de agentes cada vez mais passivos e alienados, capazes de fortalecer o sistema opressor ao invés de combatê-lo. No entanto, o mesmo estudo revelou que uma pedagogia libertadora, crítica e emancipatória seria o caminho para os indivíduos tornarem-se sujeitos da sua própria transformação. Dessa maneira, esse estudo contribui para uma compreensão de que as práticas pedagógicas voltadas para a humanização poderiam contribuir de forma significativa para a transformação social através da formação para a autodeterminação e a realização de um verdadeiro sentido de autonomia, fortalecendo o conceito de liberdade positiva de Isaiah Berlin e ampliando a força democrática no Brasil.

## **BREVE ANÁLISE DA DEMOCRACIA SEGUNDO TOCQUEVILLE: LIBERDADE E IGUALDADE**

Visconde de Tocqueville (ou Alexis de Tocqueville) foi um aristocrata francês que, em 1827, foi nomeado juiz em Versalhes quando a regência da monarquia era feita pelos Bourbon. Em 1831 embarcou no navio *Lê Havre* rumo aos EUA, onde permaneceria por nove meses pesquisando sobre a democracia americana, o que, posteriormente, lhe rendeu notoriedade pela imensa contribuição aos estudos sociológicos.

Em seu livro “A Democracia na América”, Tocqueville trouxe à tona o dilema entre liberdade e igualdade, especialmente no que dizia respeito à preocupação de assegurar que a radicalização jurídica da igualdade não implicasse na aniquilação política da liberdade. Assim, sua obra deixou de ser apenas uma análise crua da democracia e passou a ser um grande alerta às democracias que surgiam ao redor do mundo e às nações que com ela sonhavam, especialmente o seu país, a França.

Acostumado às conveniências que a sua posição lhe proporcionava na França, Tocqueville percebeu que, orientadas pelo princípio de igualdade, a tendência das democracias era extinguir a aristocracia e, com ela, os grandes cientistas, filósofos e artistas. Em contrapartida, os níveis de educação seriam iguais para todos, dando à comunidade o mesmo ponto de partida.

Escreve o autor:

Admito que num Estado democrático assim constituído, a sociedade não estará absolutamente imóvel, mas os movimentos do corpo social poderão ser moderados e gradativos; se neste encontrarmos menos brilho do que no seio de uma aristocracia, por outro lado encontraremos aí menos miséria; os prazeres aí serão menos extremos e o bem-estar mais geral; as ciências menos importantes e a ignorância mais rara; os sentimentos menos enérgicos e os hábitos mais afáveis; e notar-se-ão mais vícios e menos crimes (...). A noção considerada em bloco será menos brilhante, menos gloriosa e talvez menos poderosa; mas a maioria dos cidadãos nela desfrutará de um destino mais próspero, e o povo se mostrará pacífico, não porque desanime de melhorar, mas porque sabe estar bem (TOCQUEVILLE, 1835, s.p).

A principal preocupação do autor passa a ser, então, a radicalização da igualdade, onde todos viveriam da mesma forma e prejudicariam o desenvolvimento humano em seu sentido mais amplo. Decorrem daí as primeiras análises teóricas com o que posteriormente seria chamado de indústria cultural, o que nos leva a perceber que o risco de toda democracia é incorrer na tirania, seja da maioria ou de quem se intitula seu porta-voz.

Se por um lado a igualdade tende a uma homogeneização social, por outro a liberdade pode fomentar o individualismo, levando à ilusão da autossuficiência e se emaranhando nas teias da alienação política. Decorre daí a defesa de Tocqueville à descentralização política e às associações comunais que mantêm a sua autonomia indiferente do local onde se encontram.

Para que a liberdade e a igualdade andem juntas, é preciso que a primeira seja desejada e aprendida como parte fundamental na vida de cada cidadão. O excesso de atividades e preocupações faz com que as pessoas acabem se afastando das decisões coletivas, da

participação política e social, da sua voz dentro de um espaço legítimo. Segundo Tocqueville, é nesse ponto que acontece a ruptura dos princípios e das instituições democráticas, criando as bases para a instauração do despotismo por entre as entranhas democráticas.

Em “A Democracia na América”, Tocqueville também atribui importante papel à oposição e ao direito de exercê-la. Tão importante quanto o governo que foi eleito, a oposição exerce pressão pelo seu poder de fiscalização, de preservação e pela sustentação que dá a opiniões contrárias e minorias. A preocupação do autor com a “tirania da maioria” – embora democracia seja, por definição, o governo da maioria – leva-nos a crer que ela, a democracia, precisa encontrar maneiras de ter preservados e promovidos os desejos, anseios e opiniões também das minorias.

Tocqueville também manifesta grande preocupação com a alienação que leva o cidadão a se distanciar da sua vida pública ao mesmo tempo em que o governo cria mecanismos para controlar cada vez mais intensamente a vida dos cidadãos. Ocupados com seus afazeres, transferem as suas responsabilidades a terceiros que, dia após dia, ganham mais força e voz na tomada de decisões que deveriam ser coletivas. Para o autor, os “novos despotismos” serão menos violentos e a submissão assumirá o espaço de algo que se supõe muito desejado. Diz Tocqueville:

Tento imaginar sob quais novas feições o despotismo poderia se produzir no mundo: vejo uma massa inumerável de homens semelhantes que incansavelmente se voltam para si mesmos em busca de prazeres pequenos e vulgares com os quais preenchem sua alma. Cada um deles, refugiando-se à parte, é como um estrangeiro ao destino de todos os demais: seus filhos e amigos particulares constituem para ele toda a espécie humana; quanto ao restante de seus cidadãos, está ao lado deles, mas não os vê, toca-os e absolutamente não os sente; ele não existe senão em si mesmo e para si mesmo, e se lhe resta ainda uma família, pode-se no mínimo dizer que ele não tem mais pátria. Acima desses se revela um poder imenso e tutelar que, sozinho, se encarrega de assegurar o seu prazer e de cuidar do seu destino. Ele é absoluto, minucioso, pontual, providente e afável. Assemelhar-se-ia ao poder paterno se, como este, tivesse por objetivo preparar os homens para a idade adulta; mas ele, ao contrário, não procura senão fixa-los irremediavelmente na infância; aprecia que os cidadãos se divirtam, na condição de que pensem apenas em se divertir. Trabalha de bom grado para a sua felicidade, mas dele quer ser o único agente e o único árbitro; ele lhes provê a segurança, antecipa e satisfaz suas necessidades, facilita os seus prazeres, orienta seus afazeres principais, dirige seu trabalho, regulamenta suas sucessões, divide suas heranças, por que não poderia lhes retirar inteiramente o fardo de pensar e o sofrimento de viver? (TOCQUEVILLE, 1835, s.p).

Com esse questionamento, Tocqueville expõe o risco de um crescimento exagerado da liberdade individual, aqui tratada como liberdade do cidadão e não liberdade econômica, o que

poderia implicar na ampliação do autoritarismo que é um dos combustíveis para as crises democráticas no Brasil.

### **LIBERDADE NEGATIVA: O EMBRIÃO DO AUTORITARISMO?**

Para aprofundarmos essa análise, é preciso destacar que o conceito de liberdade é essencialmente contestável, de acordo com o “conceito essencialmente contestado” de Gallie, em um artigo apresentado no ano de 1956 à Sociedade Aristotélica, com o objetivo de simplificar a compreensão de diferentes aplicações ou interpretações de conceitos abstratos. Seu conceito está envolto em disputas infundas sobre seu uso correto e há inúmeras contestações quanto aos seus significados. Neste artigo, entretanto, vamos seguir baseados nos conceitos de liberdade de Constant e Berlin, dando maior ênfase à noção moderna de liberdade, concebida como um fim e não como um meio para a concretização de uma sociedade ideal.

Essa liberdade, definida por Constant como liberdade negativa e, posteriormente, amplamente analisada por Isaiah Berlin, é caracterizada pela não interferência do Estado na liberdade dos indivíduos. Ao contrário da liberdade positiva que está associada à democracia, a liberdade negativa tira do indivíduo a “pressão” para que participe dos seus compromissos políticos, deixando-o livre de interferências para aproveitar a sua vida privada.

A participação coletiva, comprometida, é uma característica da liberdade positiva, onde os indivíduos desejam ser donos de si e dos seus pensamentos, entendendo-se como parte do processo decisório dentro das ações políticas do Estado. Se comparamos a liberdade dos antigos (positiva) à liberdade dos modernos (negativa), veremos que a primeira se caracteriza por “estar livre para”, enquanto a segunda se mantém no “estar livre de”. Isso quer dizer que, na liberdade positiva, o sujeito entende-se livre para participar ativamente das decisões da esfera pública, pois entende-se, embora parte de um todo, responsável pelos seus atos e suas decisões. Na liberdade negativa, os indivíduos sentem-se livres de suas responsabilidades públicas, focando apenas nos seus desejos e interesses pessoais. Uns participam ativamente do governo, fazendo contraponto aos que buscam satisfazer interesses pessoais através do patrimônio público. Berlin salienta que:

O sentido positivo da palavra liberdade provém do desejo que o indivíduo nutre de ser seu próprio senhor. Desejo que minha vida e minhas decisões dependam de mim mesmo, e não de forças externas de qualquer tipo. Desejo ser o instrumento de meus próprios atos de vontade, e não dos outros homens. Desejo ser um sujeito, não um objeto. Ser [...] um agente – decidido, e não deixando que outros decidam -, guiado

por mim mesmo e não influenciado pela natureza externa ou por outros homens. [...] Acima de tudo, desejo ser consciente de mim mesmo como alguém que age, tem vontade e pensa, responsável por minhas escolhas e capaz de explicá-las a partir de minhas ideias e meus propósitos (BERLIN, 1958, p. 236-237).

Podemos entender, dessa forma, que a liberdade negativa (relacionada à economia) e a liberdade positiva (política), não são apenas diferentes entre si. Elas são, em vários aspectos, contrárias e o aumento da primeira, central nesse artigo, só pode ser conseguido através da redução significativa da segunda. Sendo a democracia representativa a única forma de governo compatível com a liberdade moderna, acabamos por esbarrar na questão da motivação em todas as tentativas de ampliação e fortalecimento da democracia. Uma cultura de participação é totalmente incompatível com a liberdade negativa.

Berlin traz à tona o fato de que uma democracia pode muito bem existir mesmo que haja a restrição da liberdade positiva, especialmente quando ela acontece visando consolidar a liberdade negativa na sua versão unicamente individualizante. É claramente possível ter a liberdade da vida privada, mas viver em um contexto político excludente, opressor e totalitário.

É perfeitamente concebível que um déspota de tendências liberais permitisse a seus súditos um alto nível de liberdade pessoal. O déspota que deixa a seus súditos uma ampla área de liberdade pode ser injusto ou pode estimular desigualdades, preocupar-se pouco com a ordem, desde que não limite a liberdade dos súditos ou pelo menos a limite menos do que outros regimes, enquadra-se ele na especificação de Mill. A liberdade, nesse sentido, pelo menos do ponto de vista da lógica, não está relacionada com democracia ou com autogoverno. O autogoverno pode, em conjunto, propiciar melhor garantia da preservação das liberdades civis do que outros regimes, e tem sido defendido como tal pelos adeptos da teoria do livre arbítrio. Mas não há nenhuma conexão necessária entre a liberdade individual e a norma democrática. (BERLIN, 1958).

A liberdade negativa em excesso leva à naturalização e à justificação das desigualdades, da miséria e de toda a alienação política. Esse risco da democracia contemporânea é preocupação constante nas obras do autor e assunto crescente nas pesquisas atuais. Os pesquisadores não são otimistas quanto aos rumos da democracia no país dado o crescimento do individualismo e, consigo, o autoritarismo, dando espaço às mais variadas análises que buscam soluções urgentes para o resgate e manutenção da democracia brasileira.

## TATEANDO CAMINHOS

Alberto Carlos Almeida, em seu livro “A cabeça do brasileiro”, traz os resultados de um teste quantitativo baseado na antropologia de Roberto DaMatta em seus livros “Carnavais, Malandros e Heróis” e “A casa & a rua”. O argumento central do livro está baseado na seguinte afirmação:

O Brasil, na verdade, são dois países muito distintos em mentalidade. [...] Enquanto a classe baixa defende valores que tendem lentamente a morrer ou enfraquecer, a classe alta mantém-se aliada a muitos dos princípios sociais dominantes nos países já desenvolvidos. [A partir disso, o autor testa a hipótese de que] ...entre os fatores que determinam esse abismo entre brasileiros, um dos mais importantes é a escolaridade. É a educação que comanda a mentalidade (ALMEIDA, 2007, p. 25).

Dentre gráficos e análises bastante pertinentes sobre os hábitos e costumes dos brasileiros, destaca-se o ‘estatismo do brasileiro’ que vem questionar a relação do indivíduo com a cultura política ideal para o regime democrático. Para Alberto Carlos Almeida (2007, p. 193) destaca que:

Para quem deseja menos Estado, resta apenas o consolo de que esse é o destino da opinião pública no Brasil. É um processo longo, porém inexorável: também nesse aspecto, à medida que a escolaridade aumentar, o apoio social à presença do Estado na economia tenderá a tornar-se cada vez menor.

Segundo o autor, a única maneira de promover uma mudança nessa mentalidade hierarquizada e pré-estatal é através da escolarização da educação (ALMEIDA, 2007, P. 210). Além da escolaridade, Almeida pode constatar que as variáveis “renda mensal familiar” e “escolaridade da mãe” também apresentaram um padrão nas questões do estatismo e da hierarquização. Quanto menos escolarizados são os indivíduos, mais propensos à subordinação eles são, permitindo que comportamentos autoritários sejam neutralizados pelo seu entendimento de posição social.

Roberto DaMatta afirma que o Brasil é um país hierárquico, familista, patrimonialista e que, embora desaprove a corrupção, aprova tanto o “jeitinho” como um leque de comportamentos semelhantes (ALMEIDA, 2007, p. 275). Para o brasileiro, corrupção é aquilo que de certa forma envolve alguma quantia de dinheiro. Já o jeitinho quase sempre costuma envolver algum tipo de burocracia. Ou seja, corrupção é a forma de alguém tirar vantagem financeira em uma situação e o jeitinho caracteriza-se pela ‘boa intenção’ em resolver algum

problema. Um está ao alcance de todos e por isso tem o apoio das pessoas. O outro, por favorecer apenas uma minoria, acaba sendo amplamente rejeitado.

Durante a pesquisa, Almeida pode confirmar que o Brasil é uma sociedade regida predominantemente por uma lógica hierárquica. Os dados da pesquisa por ele realizada mostram que hierarquia e autoritarismo estão positivamente correlacionados. Ou seja, quanto mais hierárquica, mais autoritária uma pessoa é.

Trata-se de uma convivência complexa, de partes da sociedade que não se compreendem. De um lado, as instituições do mundo liberal e sua burocracia racional-legal. Do outro, uma população que tende a tolerar – por causa dos seus valores dominantes – comportamentos fora do *script* dessas instituições.

Destaca o autor:

(...) a relação com o eleitor é pessoal. Lança-se mão da distribuição de favores, dos mais variados tipos, desde a reforma de uma birosca até a liberação de um infrator no trânsito, passando pela distribuição de dinheiro em período eleitoral. Isso tudo é tolerado pela população de escolaridade mais baixa. Os mesmo que tendem a ser mais fatalistas, mais familistas e a rejeitar as visões favoráveis ao espírito público. A mudança é lenta, porém, irreversível. O Brasil caminha muito vagarosamente na direção da modernidade. Muito já foi realizado. Há muito a ser feito, particularmente no que se refere ao esforço educacional. Massifique-se o ensino superior, expanda-se a oferta do ensino médio, melhore-se a qualidade de todos os níveis de educação e teremos um enorme impacto não apenas na produtividade do trabalho, mas também nos valores que separam o arcaico do moderno (ALMEIDA, 2007, p. 128).

Segundo o autor, a maneira mais clara para buscarmos reduzir o crescimento da liberdade negativa e, conseqüentemente, do autoritarismo, é através da mais poderosa ferramenta existente atualmente: a educação. Quanto mais instruído um indivíduo se torna, menos hierarquizado ele é, pois entende que a sua voz é parte fundamental dentro de uma construção coletiva e democrática, negando-se a ser subjugado ou diminuído em uma sociedade que deve ser igual para todos.

### **EDUCAÇÃO: A SALVADORA DA DEMOCRACIA**

Assim como vemos crescer o número de autores que indicam a educação como o caminho mais adequado para o fortalecimento da democracia no Brasil, temos também um conjunto de metas que unem 193 países na busca por um mundo melhor, mais justo e livre de desigualdades sociais.



Pensando nisso, a ONU criou, em 2015, um plano com objetivos ambiciosos por meio de um Pacto Global que visa alcançar o desenvolvimento sustentável já nos próximos anos. Esse plano ficou conhecido como “Agenda 2030” e contempla, atualmente, 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que buscam agir de forma a combater as desigualdades, as mudanças climáticas e potencializar o enfrentamento dos problemas sociais que possuem relevância global.

Entretanto, não podemos pensar nessa transformação global sem o fortalecimento individual, especialmente se levarmos em conta o ODS 4 que, subdividida em 7 tópicos, tem em seu enunciado a seguinte proposta: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos e todas (ONU, 2015).

Se por um lado temos um pacto que busca fortalecer a educação e, conseqüentemente, as estruturas sociais a fim de que haja uma transformação real e efetiva, por outro temos profissionais que enfrentam a maior defasagem escolar das últimas décadas. Com o anúncio feito pela ONU sobre do fim da emergência sanitária global de covid-19, professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares precisam se adaptar à heterogeneidade dos aprendizados e buscar caminhos para o enfrentamento das disparidades e dos desafios que a nova realidade impõe.

Contudo, engana-se quem reduz as desigualdades enfrentadas nas escolas apenas às dificuldades de aprendizagem resultantes do afastamento causado pela pandemia do coronavírus. Nos últimos anos, a falta de um projeto educacional coerente que se manifestou nas desventuras do Ministério da Educação, o troca-troca interminável de cadeiras e as ações baseadas em questões puramente ideológicas, resultaram em um quadro caótico na educação brasileira.

Não bastando, o crescimento da liberdade negativa, tema já abordado nesse artigo, abriu as portas para uma onda autoritária que de forma alguma combina com a educação. Essa afirmação se dá porque, invariavelmente, e já vimos isso acontecer em tempos não tão distantes, governos autoritários perseguem educadores, calam como podem os estudantes e buscam promover um modelo educacional que atenda única e exclusivamente aos interesses políticos dos governantes e de uma elite conservadora que não aceita que os menos favorecidos tenham voz ou vez. Assim, com um sistema educacional submisso, esse pequeno grupo encontra o espaço que faltava para fortalecer o topo de uma pirâmide que mais esmaga a maioria já tão

oprimida, do que salvaguarda a liberdade que, segundo Paulo Freire, garante um processo de educação autônomo, libertador e emancipador para o povo brasileiro.

Pela sua dinâmica transformadora, a educação segue sendo a arma mais potente para a transformação social. Roberto DaMatta, Alberto Carlos Almeida, Paulo Freire e tantos outros pensadores relatam em suas obras as mudanças sociais promovidas através de propostas pedagógicas pautadas no olhar crítico, contundente, e no livre pensar. Um povo educado não se deixa dominar pela tirania e nem se curva ao autoritarismo que ainda segue de plantão.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao considerarmos o fomento da educação como um elemento fundamental para o fortalecimento da democracia no Brasil, é essencial recorrer a conceitos como liberdade positiva e liberdade negativa, propostos por Isaiah Berlin, a noção de alienação, de Marx, e a educação libertadora, de Paulo Freire.

A liberdade positiva, entendida como a capacidade de agir de acordo com as próprias escolhas e interesses, é promovida pela educação como um instrumento de empoderamento dos indivíduos. Através do acesso a uma educação de qualidade, inclusiva e crítica, os cidadãos são capacitados a exercer seus direitos, participar ativamente da sociedade e tomar decisões informadas, fortalecendo, assim, os pilares democráticos.

Já a liberdade negativa, refere-se à ausência de interferências externas ou opressões que limitem a ação individual. Nesse sentido, a educação desempenha um papel crucial na superação das estruturas opressivas que permeiam a sociedade, permitindo a conscientização sobre as formas de alienação presentes no contexto social, político e econômico. Ao compreenderem sua realidade de forma crítica, os indivíduos podem lutar pela transformação social, promovendo uma democracia mais justa e igualitária.

Nesse sentido, a concepção de alienação de Marx, que abrange a ideia de que os indivíduos são alienados quando estão desconectados de si mesmos, dos outros e da realidade que os cerca, nos leva a pensar na educação libertadora proposta por Paulo Freire, pois busca justamente superar essa alienação ao estimular a reflexão crítica, o diálogo e a conscientização dos sujeitos sobre sua condição social. Por meio dessa educação, os indivíduos são incentivados a se tornarem agentes ativos de mudança, engajando-se na construção de uma sociedade democrática e participativa.

Portanto, a promoção da educação como ferramenta de fortalecimento da democracia no Brasil requer o reconhecimento da importância da liberdade positiva e negativa, da superação da alienação e da adoção de uma abordagem educacional libertadora. Somente através de uma educação crítica, inclusiva e emancipatória, que capacite os indivíduos a compreenderem e transformarem sua realidade, será possível construir uma sociedade mais democrática, justa e igualitária, na qual todos tenham voz e participação ativa.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do brasileiro**. Ed. Record; 9ª edição, 2018; Rio de Janeiro, RJ.

ARAÚJO, Heleno. Educação não combina com autoritarismo. **Revista Brasil de Fato**, 2022. Disponível em: <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/74795-educacao-nao-combina-com-autoritarismo>. Acesso em: 12 maio 2023.

BERLIN, Isaiah. **Quatro ensaios sobre a liberdade**. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 1981. Coleção Pensamento Político.

CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. **Revista de Filosofia Política**. Nº 2, 1985, p. 9-25.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis** – Para uma sociologia do dilema brasileiro. Ed. Rocco; 6ª edição, 1997; Rio de Janeiro, RJ.

ELIAS, Maria Lígia G. Granado Rodrigues. **Isaiah Berlin e o debate sobre a liberdade positiva e a liberdade negativa**. Universidade de São Paulo, USP, 2012. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/web/system/files/documentos/eventos/2017/02/isaiah-berlin-e-debate-sobre-liberdade-positiva-e-liberdade.pdf>. Acesso em 23 nov. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HAVLIK, Jan Gustave de Souza; REBOUÇAS, Gabriela Mais. Contribuições de Isaiah Berlin para refletir sobre a liberdade. **Revista Direitos Humanos**. São Paulo, 2006.

MARX, K. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Os objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 12 maio 2023.

# CAMINHOS DO PAMPA

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALEGRETE

RIBEIRO, Marcos Abraão. O autoritarismo brasileiro em Roberto DaMatta e os limites da interpretação culturalista. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/hVSTbLd6GszT5MwqZV6JrVy/?lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2022.

SILVA, Ricardo. História conceitual e conceitos políticos essencialmente contestados. **35º Encontro Anual de ANPOCS**. 2011, Caxambu, MG. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-35-encontro/mr-5/mr06/1282-historia-conceitual-e-conceitos-politicos-essencialmente-contestados/file>. Acesso em: 19 nov. 2022.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América** (fragmentos de 1835). Clube do Livro on line, sem data de inclusão. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_bibliotec/a/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/bibli\\_bol\\_2006/Rev-Dir-Hum-Fund\\_v.16\\_n.02.02.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_bibliotec/a/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Rev-Dir-Hum-Fund_v.16_n.02.02.pdf). Acesso em 20 nov. 2022.

UFJF NOTÍCIAS. **As fragilidades da democracia brasileira**. Juíz de Fora, MG, 2021. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2021/09/15/as-fragilidades-da-democracia-brasileira/>. Acesso em: 23 nov. 2022.